



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

ATA

1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

Data: 19 de maio de 2021

Horário: das 11h00 às 12h20

Local: Teams

Participantes	Cargo e Unidade
Ricardo Antonio Nogueira Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa
Harley Caixeta Seixas	Diretor do Núcleo Judiciário
Cynthia de Nazaré Vaz Salbé	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Gilmar Cintra de Araújo	Diretor do Núcleo de Administração
Marcelo Araújo Pinheiro	Supervisor da Seção de Tecnologia da Informação
Ana Lúcia dos Santos	Diretora do Centro Judiciário de Conciliação
Marhianne Paulla Cunha de Oliveira	Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal
Raphael Elias Faria Cardoso	Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal
Cristiano Oliveira Ribeiro Prado	Diretor de Secretaria da 3ª Vara Federal
Pacelli Larison Gonçalves	Diretor de Secretaria da 4ª Vara Federal
Pollyana de Abreu Pimenta	Diretora de Secretaria da 5ª Vara Federal
Maria Aparecida Moreira	Diretora do Núcleo de Apoio à Turma Recursal
Iane Maria Pinheiro Nolasco	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 1
Marineide da Silva Braga	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 2
Alessandra Chaves dos Santos Florentino	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 3
Igor Manoel Martins Bezerra	Diretor de Secretaria da 1ª Vara de Araguaína
Marcelo Coutinho Kascher	Diretor de Secretaria da 2ª Vara de Araguaína
Fabyo di Abraao Teixeira Noletto	Diretor de Secretaria da Vara Única de Gurupi

1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pelo Diretor da Secad, Ricardo Pereira, que deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Aproveitou a oportunidade para parabenizar a todos pelos excelentes resultados que a Seccional tem alcançado nas Metas Estratégicas, os quais tem resultado em premiações seguidas no Selo Estratégia em Ação. Em seguida passou a palavra para o Diretor do Nucju/Cemad, Harley Seixas, que agradeceu a participação de todos os membros do Cipe-SJTO na reunião e informou que a reunião seria focada nos resultados alcançados no Planej 2015-2020, além de informações sobre o novo ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026. Informou, ainda que as informações da reunião seriam repassadas ao Tribunal, para subsidiar a reunião do CGER 1ª Região.

2. Resultados do Ciclo Planej 2015-2020

O Diretor do Nucju passou a apresentação dos resultados alcançados pela Seccional no Planej 2015-2020, parabenizando a todos pelo esforço, dedicação e empenho no alcance dos objetivos propostos. O resultado do empenho de todos fez com que a Seccional do Tocantins obtivesse resultados superiores à média dos resultados de toda a 1ª Região, conforme quadros abaixo:

Cumprimento das Metas 2015-2020

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL (%)
TO	73%	73%	87%	99%	100%	100%	89%
JF 1ª Região	71%	73%	85%	96%	95%	95%	86%

Carteira de Iniciativas Estratégicas 2015-2020

	Concluídas	Em dia	Com atraso	Porcentagem concluída
TO	21	1	0	95%
JF 1ª Região	308	27	20	85%

Execução Total da Estratégicas 2015-2020

	Metas	Projetos	Total
TO	89%	95%	92%
JF 1ª Região	86%	85%	85%

Como fruto desse esforço coletivo, a Seção Judiciária do Tocantins alcançou diversas premiações no projeto Selo Estratégia em Ação, demonstrando evolução ao longo de todo o Ciclo de Planejamento 2015-2020.

Selo Estratégia em Ação

	2016	2017	2018	2019	2020
Diamante	3ª Vara Federal	3ª Vara Federal Vara GUR 1ª Rel. TR 2ª Rel. TR 3ª Rel. TR	3ª Vara Federal 5ª Vara Federal Vara GUR 2ª Rel. TR	SJTO 3ª Vara Federal 5ª Vara Federal Vara GUR 1ª Rel. TR 2ª Rel. TR 3ª Rel. TR	2ª Vara Federal 3ª Vara Federal 5ª Vara Federal Vara GUR 1ª Rel. TR 2ª Rel. TR 3ª Rel. TR
Ouro	2ª Rel. TR		SJTO 1ª Vara Federal 4ª Vara Federal 1ª Rel. TR	1ª Vara Federal 1ª Vara ARN	SJTO 1ª Vara Federal 4ª Vara Federal
Prata		1ª Vara Federal 2ª Vara Federal	3ª Rel. TR		
Bronze		SJTO 4ª Vara Federal 5ª Vara Federal	1ª Vara ARN		1ª Vara ARN
TOTAL	2	9	9	8	10

Em seguida, passou-se a explanação do novo Ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026, o qual atualizou a definição da estratégia para a Justiça Federal, com novos macrodesafios e objetivos estratégicos, para os quais será necessário novo foco e dedicação das unidades jurisdicionais e administrativas para que sejam possível alcançar resultados positivos tanto quanto foram alcançados no Planej 2015-2020.

Juntamente com os novos macrodesafios e objetivos estratégicos, foram propostos novos indicadores e novas metas, com vista a orientar o trabalho a ser realizado.

Mapa Estratégico Planest 2021-2026



Em seguida passou a análise nas novas metas estratégicas, salientando para a mudanças ocorridas no texto de cada meta, em relação às metas anteriores., especialmente quanto as metas 3, 4 e 5. Abordou-se também a criação de duas novas metas relacionadas ao tema ambiental.

Metas 2021

Metas Nacionais:

Meta 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente
Meta 2	Identificar e julgar, em 2021, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e pelo menos, 85% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º e 2º graus; e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos JEFs e nas TRs
Meta 3	Fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos
Meta 4	Julgar, em 2021, 60% das ações de improb. administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2018
Meta 5	Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020. Cláusula de barreira: 43%
Meta 6	Julgar, em 2021, 70% dos proc. de ações coletivas distribuídas até 31/12/2017
Meta 9	Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.
Meta 12	Identificar e impulsionar, em 2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental.

Metas Específicas:

Meta 7	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente
Meta 8	Julgar, em 2021, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2017
Meta 11	Cumprir 100% das metas do PLS relacionadas aos temas papel, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, contratações sustentáveis e deslocamentos de pessoal

O Diretor da 2ª Vara questionou o critério da meta 3, apontando que fomentar é diferente de conciliar, tornando o cumprimento da meta fora do controle da unidade judiciária. Na opinião do diretor, apoiado também pelos demais Diretores, a meta deveria contabilizar o número de processos enviados à Conciliação para computo da meta, uma vez que a realização do acordo ou não está fora do alcance das varas, dependendo única e exclusivamente da vontade das partes. Da forma como está o alcance da meta se torna impossível.

Salientou ainda, que a 2ª Vara tem alcançado resultados expressivos em todas as metas. Entretanto, a meta 3, da forma que está sendo calculada, tem comprometido o desempenho da vara, que empenha todos os seus recursos no alcance das metas, e não tem conseguido alcançar o reconhecimento devido, por meio de premiações do Selo Estratégia em Ação. Tal fato já tem apresentado reflexo na motivação dos servidores da unidade.

Os diretores da 3ª e 5ª Varas se solidarizaram com o Diretor da 2ª, reconhecendo que a forma de cálculo atual privilegia as varas JEF. As varas comuns, que não possuem JEF Adjunto ficam com o desempenho comprometido na forma de cálculo atual, pois a possibilidade de acordos em seus processos é limitada.

Ainda em relação a Meta 3, a Diretora do Cejud informou que há várias reclamações sobre a contabilização das movimentações no PJe, que por vezes apresenta resultados aquém dos realmente alcançados na conciliação.

Quanto a meta 5, as unidades esperam que a nova forma de cálculo venha trazer resultados positivos às unidades, uma vez que nos anos anteriores a meta 5 sempre foi objeto de muita contestação e diversos erros nos relatórios do e-Siest. Até o momento, a meta 5 ainda não aparece nos relatórios do e-Siest referentes ao ano de 2021. Em consulta a Diest, o diretor daquela unidade respondeu que a meta 5 que existiu nos anos anteriores relacionada a processos de Execução não existe mais. Informou que o CNJ descontinuou a meta e criou uma meta relacionada à Taxa de Congestionamento, similar à Meta 10. Entretanto a equipe da Diest ainda está finalizando o desenvolvimento do mecanismo dessa meta para disponibilizar no sistema e-Siest.

Em relação aos constantes erros nos relatórios estatísticos, o Diretor da 3ª Vara informou que os problemas decorrentes da dupla especialização das 3ª e 5ª Varas permanecem, fazendo com que desde Julho de 2019, as duas unidades não tenha acesso a um relatório confiável para orientar suas atividades. O problema já foi relatado inúmeras vezes ao Tribunal, mas a até a presente data não obteve resposta satisfatória. O PAe/Sei 0004158-49.2020.4.01.8014, aberto pela 3ª Vara, em 19/10/2020, e o PAe/Sei 0001030-21.2020.4.01.8014, aberto pela 5ª Vara, em 18/03/2020, demonstram de forma clara os problemas enfrentados, e apresentam como solução a criação de unidades separadas no PJe (3ª Vara de EF e 3ª Vara JEF e 5ª Vara de EF e 5ª Vara JEF). Os diretores informaram que tudo que estava ao alcance para tentar dirimir o problema foi feito, mas que até agora nenhum resultado foi alcançado. Informaram, ainda, que todas essas reclamações foram formalizadas nas inspeções e correções realizadas, mas nada mudou.

O Diretor da 2ª Vara de Araguaína relatou que enfrentou grandes dificuldades nas metas 4 e 8 no fim do ano passado e atualmente, uma vez que o cumprimento de mandados esteve suspenso, é isso atrasou sobremaneira os processos dessas metas, que necessitam das intimações/citações/notificações para darem prosseguimento.

Apesar de todas as dificuldades relatadas, os resultados alcançados nos primeiros 4 meses do ano de 2021 são positivos, de forma a corroborar a boa evolução da Seccional do Tocantins no alcance das metas.

Resultado Geral Metas 2021



Acima de 100%
META CUMPRIDA!



Entre 85% e 99%



Entre 70% e 84%



Abaixo de 70%

UF	Seção / Subseção	Vara	Metas		Meta 01		Meta 02				Meta 03		Meta 04		Meta 06	Meta 07	Meta 08		Meta 10		Selo	
			Processos Foco	Conhecimento		mais Antigos				Conciliação		Imp. Admin.	Crim. Contra Admin.	Ações Coletivas	Criminais Baixados	Tráf. Pessoas Expl. Sexual e Trab. Escravo		Conhecimento e Execução Baixados				
				Distribuídos	No Ano Corrente		Vara		JEF		TR		No Ano Corrente	Até 2018	Até 2018	Até 2017	No Ano Corrente	Até 2018		No Ano Corrente		
			Objetivo		Julgar mais que o Distribuído	Taxa de Congestionamento	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	Julgar todo o Passivo	Conciliar 6%(Vara-JEF Adj.) 9%(JEF) e 3% demais varas dos Distribuídos	Julgar 60% Imp. Adm.	Julgar 70% Crimes	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que o Distribuído	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que o Distribuído	Taxa de Congestionamento				
TO	Seção Judiciária do Tocantins	1ª - Palmas	78,02%	55,26%	97,13%	114,02%					454,90%	120,37%			133,84%				77,89%	54,89%		
		1ª TR - R1 Palmas	105,14%	24,90%						99,82%										136,09%	68,66%	OURO
		1ª TR - R2 Palmas	56,36%	50,40%						96,77%										41,64%	79,74%	
		1ª TR - R3 Palmas	79,55%	55,01%						99,47%										62,77%	76,07%	
		2ª - Palmas	95,02%	36,90%	98,48%	116,96%					25,25%	150,54%			142,86%					100,42%	40,00%	
		3ª Vara JEF/EF - Palmas	115,72%	50,43%	100,00%	117,65%	100,00%				375,54%				142,86%					119,60%	72,58%	DIAMANTE
		4ª - Palmas	190,91%	84,78%	90,67%	93,85%	95,00%							103,31%		585,63%	214,29%		169,16%	83,43%	OURO	
		5ª Vara JEF/EF - Palmas	80,83%	64,54%	100,00%	117,65%	99,05%				245,71%				142,86%					125,46%	71,32%	
		Subseção Judiciária de Araguaína	1ª Araguaína	107,97%	73,07%	86,95%	81,27%	92,37%				517,12%	58,33%	100,75%	113,45%	313,33%	357,14%			34,71%	95,29%	
			2ª Araguaína	92,89%	70,76%	65,33%	91,50%	95,54%				383,33%	54,05%	102,64%	82,95%	50,00%	142,86%	133,25%		125,46%	71,32%	
		Subseção Judiciária de Gurupi	Gurupi	111,91%	48,32%	99,47%	110,36%	99,86%				407,04%	151,52%	120,63%	142,86%	314,29%	642,86%			96,56%	19,03%	OURO
		Total			96,26%	81,29%	91,00%	104,09%	97,41%	99,49%		100,40%			130,48%	315,48%	387,35%			97,36%	75,09%	

3. Carteira de Projetos

Passada da etapa de apresentação das metas estratégicas, o Diretor do Nucju passou a explanação sobre a carteira de projetos.

O Diretor do Nucju explicou que, com o início do novo Ciclo de Planejamento Estratégico, se faz necessária a formalização de novos projetos e iniciativas estratégicas para compor a carteira de projetos da seccional, salientando que a formalização e a execução desses projetos impacta diretamente no percentual de execução da estratégia na seccional. De acordo com o diretor, a execução da estratégia é medida pela real operacionalização das iniciativas estratégicas vinculadas a cada um dos 11 objetivos estratégicos que compõem o Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026. Daí se vê a importância de existirem projetos estratégicos que sejam elaborados pelas unidades judiciárias e administrativas, uma vez que é necessário que existam projetos e iniciativas vinculadas a todos os objetivos estratégicos.

Dessa forma, solicitou que as unidades formalizem seus projetos estratégicos, de acordo com a Metodologia de Gestão de Projetos da Justiça Federal, por meio do preenchimento dos formulários disponíveis no Sei, para que, na próxima RAE, provavelmente no mês de Agosto/2021, esse novos projetos possam ser apresentados e aprovados.

4. Deliberações do CIPE-SJTO

- Os diretores presentes afirmaram que continuarão a trabalhar com foco nos processos que impactam as metas, com vistas a melhorar o desempenho nas metas.
- Os diretores presentes se comprometeram a verificar a possibilidade de formalização das projetos/iniciativas estratégicas, com vista a indicação de projetos para compor a carteira de projetos da seccional.
- Oficiar à presidência do Tribunal os problemas enfrentados pelas 3ª e 5ª Varas Federais, no tocante aos seus respectivos relatórios gerenciais.
- Formalizar junto à Secge/Diple contestação quanto à fórmula de cálculo da Meta 3.

5. Providências a serem tomadas pelo CIPE-SJTO

- Solicitar à Secge/Diple revisão da fórmula de cálculo da Meta 3, passando a considerar para cálculo da meta os processos enviados à Conciliação, e não os acordos firmados.
- Oficiar à Presidência do Tribunal reclamação quanto aos problemas enfrentados pelas 3ª e 5ª Varas Federais, no tocante aos seus respectivos relatórios gerenciais.
- Agendar próxima RAE para o mês de agosto de 2021.
- Submeter a ata da 1ª RAE de 2021 do CIPE-SJTO ao CIPE-TRF1.

Assinatura dos participantes:

Documento assinado eletronicamente por **Raphael Elias Faria Cardoso, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 19/05/2021, às 16:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 19/05/2021, às 21:28 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Cintra de Araújo, Diretor(a) de Núcleo**, em 21/05/2021, às 10:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Nazaré Vaz Salbé, Diretor(a) de Núcleo**, em 24/05/2021, às 14:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **12995411** e o código CRC **21FFC2B8**.

Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 02A - Bairro Plano Diretor Norte - CEP 77001-128 - Palmas - TO - www.trf1.jus.br/sjto/

0001818-98.2021.4.01.8014

12995411v8